

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Cemig vai recorrer contra leilão de hidrelétricas 2

Título: Baixo nível de água nas hidrelétricas vai deixar a conta mais cara 4

O Estado de S. Paulo

Título: Ministério rejeita recurso da Cemig 6

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Petrobras põe à venda 19 campos terrestres..... 2

VEÍCULO: Folha de S. Paulo2

Título: Cemig vai recorrer contra leilão de hidrelétricas 2

Título: Baixo nível de água nas hidrelétricas vai deixar a conta mais cara 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....6

Título: Ministério rejeita recurso da Cemig 6

Título: Força policial pode parar obra de Belo Monte 7

Título: Maiores represas do País enfrentam seca histórica 8

Título: Licenciamento ambiental não pode ser um gargalo..... 9

Título: Empresas testam mercado de elétricos no País 11

VEÍCULO: Correio Braziliense.....12

Título: Horário sem justificativa 12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordóñez****Título: Petrobras põe à venda 19 campos terrestres**

Prioridade da estatal é explorar áreas rentáveis como as do pré-sal

A Petrobras colocou ontem à venda suas concessões em 19 campos terrestres localizados no Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, como parte de seu amplo plano de desinvestimentos. Segundo a estatal, a produção média de petróleo e gás natural desses campos foi de 17,4 mil barris de óleo equivalente por dia em 2016. Todas as concessões são operadas pela Petrobras, que tem 100% de participação nos blocos. A exceção é o campo de Sanhaçu, no Rio Grande do Norte, no qual a companhia é operadora mas detém 50% de participação, cabendo os demais 50% à Petrogal.

Os chamados teasers, que contêm as principais informações sobre cada uma das oportunidades, bem como os critérios objetivos para a seleção de potenciais participantes, estão disponíveis no site da companhia. Com uma dívida de US\$ 113,6 bilhões no fim do primeiro semestre, e ainda afetada pela queda dos preços do petróleo no mercado internacional, a Petrobras tem como prioridade a produção nas áreas mais rentáveis, como as regiões do pré-sal.

Assim, de sua carteira de ativos à venda fazem parte campos maduros (antigos, com produção em declínio natural), e também campos terrestres, cuja produção em menor escala é economicamente pouco atraente para petrolíferas de grande porte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Mariana Carneiro****Título: Cemig vai recorrer contra leilão de hidrelétricas**

O presidente da Cemig, Bernardo Salomão de Alvarenga, afirmou que a estatal vai recorrer à Justiça para evitar que quatro hidrelétricas que eram da Cemig sejam leiloadas na próxima quarta-feira (27).

"Mesmo se houver leilão, quem levar as usinas terá problemas sérios conosco. Vamos tentar sustar o leilão e, mesmo depois, não vamos desistir de defender os nossos direitos", afirmou o presidente da estatal.

A estatal mineira tenta convencer o governo federal a adiar por até 15 dias o leilão das hidrelétricas, alegando que o TCU (Tribunal de Contas da União) "atrapalhou" as negociações ao interferir no assunto "em troca de nada".

"Foi uma decisão inédita, o TCU tentou impedir a gente de conversar. Não existe nada mais retrógrado. Foi uma armadilha e o governo se aproveitou disso para não negociar", disse Salomão.

Salomão está indignado com a atuação de funcionários do governo de Michel Temer no caso. Diz que os mesmos técnicos que criaram a MP 579 (fonte da polêmica) continuam atuando contra a empresa, dessa vez sob Temer.

"O Ministério de Minas e Energia diz que quer salvar o setor elétrico e critica a MP 579, mas estão fazendo a mesma coisa. É uma incoerência", disse.

Em 2013, no governo Dilma Rousseff, foi editada a Medida Provisória que, na prática, tentava forçar as empresas a baixar o preço da energia vendida, sob pena de perderem as concessões de hidrelétricas.

A Cemig devolveu as quatro usinas ao governo, mas nunca aceitou a decisão e recorreu à Justiça, alegando que em três delas –São Simão, Jaguara e Miranda– a concessão deveria ser renovada automaticamente.

O STF ainda não deu a palavra final sobre o impasse, e o ministro Dias Toffoli recomendou que empresa e governo tentassem se entender.

A equipe econômica, no entanto, alega que a Cemig não tem os recursos necessários para arrematar a concessão das quatro hidrelétricas, avaliada em R\$ 11 bilhões e que precisa dos recursos para melhorar as contas do governo.

Segundo Salomão, a Cemig já tem quase pronta a operação financeira para garantir o recursos à União.

Eles chegaram a conversar com investidores chineses mas as tratativas não avançaram. "Os chineses querem levar tudo, estão comprando tudo".

A alternativa encontrada, então, é a Cemig usar R\$ 1,1 bilhão que tem indenização a receber a União para pagar pela usina de Miranda. Para São Simão, a maior delas, já acertou uma sociedade com a Vale, por meio da joint venture que têm na Aliança.

Volta Grande poderia ser devolvida.

A incerteza remanescente é sobre Jaguará, para a qual a empresa tenta fechar um empréstimo de R\$ 1,9 bilhão no mercado financeiro. O Citibank é um dos candidatos a entrar no financiamento. Para isso, diz o executivo, a empresa precisa de tempo.

"Teremos o dinheiro para pagar a União em 30 de novembro [quando o governo exige receber pela outorga das concessões], mas eles querem que comprovemos agora se temos os recursos. Por isso, precisamos de mais tempo".

Para o executivo, leiloar as hidrelétricas para fazer caixa e um equívoco, que deveria ser evitado.

"O que são R\$ 11 bilhão em um deficit de R\$ 159 bilhões? No ano que vem, o governo terá outro deficit de R\$ 159 bilhões e como vai fazer para resolver, vai acabar com outra empresa, como está fazendo com a Cemig para jogar nesse saco sem fundo?"

As quatro hidrelétricas, segundo Salomão, respondem por metade da geração da estatal mineira e, sem elas, a empresa enfrentará sérios problemas para se manter.

"Isso prejudica também Minas Gerais, uma vez que a Cemig é a maior empresa do Estado", afirmou.

Na quinta (21), os três senadores de Minas enviaram uma carta conjunta ao presidente Temer pedindo para que ele considerasse os pedidos da empresa. A bancada mineira, aliada ao presidente, tem pressionado por uma solução.

A entrega de ofertas pelas hidrelétricas foi aberta nesta quinta e, embora trabalhe contra o leilão, a Cemig fez uma proposta, em sociedade com a Vale. O governo ainda não divulgou um balanço parcial dos demais interessados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão

Título: Baixo nível de água nas hidrelétricas vai deixar a conta mais cara

O nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas do país está entre os mais baixos da história e se aproxima do registrado durante o racionamento entre 2000 e 2001.

As térmicas afastam o risco de falta de energia. A previsão, porém, é de estiagem e de aumento na conta luz, alertam especialistas do setor. "Estamos perto dos níveis pré-acionamento, os mais críticos já vistos", diz o consultor de energia Ricardo Lima.

A expectativa é que a conta de luz em outubro venha com a taxa extra máxima, a chamada bandeira vermelha no patamar 2. Significa que será cobrado um adicional de R\$ 3,50 a cada 100 kWh de energia consumidos nas residenciais.

O cenário é de aumento também para empresas que se abastecem no chamado mercado livre, onde é possível comprar e vender energia por meio de contratos entre as partes, sem a intermediação de uma distribuidora.

Quem firmar um novo contrato agora pode ter aumentos de até 30%, estima Marcelo Parodi, sócio da comercializadora Compass Energia.

O mercado livre hoje é muito pulverizado. Mais de 6.000 empresas, entre grandes indústrias, mas também redes de supermercados, shoppings, hotéis e prédios empresariais, estão no mercado livre.

"Muitas empresas, cujos contratos estão vencendo, preferem esperar o início do verão e das chuvas, na expectativa de conseguir preços melhores e evitar uma alta nos custos justo agora, quando há sinais de retomada e a expectativa é de recuperação do fôlego financeiro, não de mais arrocho", diz Parodi.

CENÁRIO

As projeções do ONS (Operador Nacional do Sistema), organismo responsável pelo monitoramento e gestão das barragens de hidrelétricas, são desalentadoras.

A expectativa, segundo Marcelo Prais, assessor da diretoria do ONS, é que os reservatórios do Sudeste fechem o mês com 25% da capacidade. No mesmo mês do ano passado estavam perto de 40%. No Nordeste, onde a situação é mais crítica, o nível deve ficar em apenas 9%.

Para colocar em contexto, em nível nacional, Prais lembra que se trata do quinto pior patamar registrado na série histórica, que inclui 85 anos. Nas usinas do Norte e do Nordeste, porém, é o mais baixo da história.

"O parque térmico, que inclui usinas nucleares, a gás, óleo, carvão, além de parques eólicos, está garantindo o abastecimento", diz Prais.

Na quinta-feira (21), por exemplo, elas responderam por 23% do suprimento nacional. No Nordeste, metade da carga é mantida pelas eólicas.

Na última reunião do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico, os meteorologistas deixaram claro que a tendência dos próximos meses é de continuidade da seca —e de redução no volume de água nas barragens.

As chuvas no Sudeste dependem da concentração de umidade na Amazônia, fenômeno que está demorando a ocorrer. Como o solo na região Norte permanece seco, a tendência é que quando a água cair por lá, demore ainda mais chegar ao Sudeste.

"A previsão, até o momento é de um 2018 mais seco, de reservatórios mais baixos e, assim, de energia mais cara", diz João Carlos Mello, sócio da consultoria Thymos.

Nesse ambiente, a estratégia do Ministério das Minas e Energia é expor a situação para os consumidores e defender o uso racional da energia, explica Paulo Pedrosa, secretário-executivo do ministério.

Segundo Pedrosa, o governo vem tomando uma série de providências para reforçar a segurança do sistema. O cronograma de ampliação da oferta prevê um aumento de 2.200 MW de capacidade neste ano. Novas linhas de transmissão vão colocar no sistema outros 3.500 MW das usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, da região Norte.

Entre as medidas em andamento também estão ajustes na capacidade das linhas de transmissão, a importação de energia da Argentina e a ordem para liberar operações de novas térmicas. Mas a garantia de energia, diz Pedrosa, não exime o consumidor de fazer a sua parte.

"Não há risco de desabastecimento, tem energia nova entrando no sistema, mas precisamos ser transparentes com o consumidor e mostrar que é razoável economizar para conter o aumento da tarifa. Assim, estamos avaliando também fazer campanhas para sugerir o uso eficiente da energia", diz Pedrosa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges e Luci Ribe

Título: Ministério rejeita recurso da Cemig

O Ministério de Minas de Energia (MME) rejeitou recurso apresentado pela Cemig para rever as indenizações relacionadas aos investimentos feitos pela estatal nas hidrelétricas de São Simão e Miranda, ambas em Minas Gerais, que serão leiloadas na próxima quarta-feira.

A decisão publicada ontem no Diário Oficial da União é assinada pelo **ministro do MME Fernando Coelho Filho**. A proposta do governo fixou em R\$ 1,027 bilhão o valor total de indenizações das usinas. O MME não informou qual era o valor pedido pela estatal mineira.

Essas indenizações referem-se a investimentos que a empresa fez nas usinas, mas que ainda não foram plenamente amortizados. No caso de São Simão, o valor foi fixado em R\$ 243,5 milhões. Para a hidrelétrica de Miranda, o pagamento será de R\$ 784,1 milhões.

As concessões dessas usinas à Cemig venceram e não foram renovadas. Elas serão oferecidas ao mercado. O governo tem o objetivo de arrecadar pelo menos R\$ 11 bilhões com o leilão da próxima semana. A expectativa é de que haja disputa pelas usinas. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Força policial pode parar obra de Belo Monte

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, autorizou o uso de força policial para que as obras da hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Pará, sejam paralisadas. A ordem de paralisação, segundo o Ministério Público Federal (MPF) no Pará, foi enviada no dia 14 de setembro ao presidente da concessionária Norte Energia, dona da usina, e ao Ibama, mas até agora não foi cumprida.

Para o tribunal, foi constatada irregularidade nos projetos das casas oferecidas para a população atingida por Belo Monte, na região de Altamira (PA), o que caracteriza o descumprimento de uma medida condicionante imposta pelo processo de licenciamento ambiental. O desembargador Antônio Souza Prudente determinou a imediata paralisação das obras, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia de atraso.

Segundo o MPF, em 2012, a Norte Energia distribuiu folhetos em Altamira em que prometia três tipos de casas (60m², 69m² e 78m²) de acordo com o tamanho da família que fosse deslocada. Mas, em abril de 2013, sem discussão com a população atingida, outro folheto foi distribuído em que a empresa avisou que todas as casas seriam do mesmo tamanho: 63m². "O folheto trazia ainda a informação de que as casas seriam feitas em concreto pré-moldado, em vez de alvenaria como havia sido anunciado", declarou o MPF, por meio de nota.

A Norte Energia disse que ainda "não teve acesso aos votos proferidos no julgamento". A empresa declarou que "vem cumprindo as condicionantes contidas na licença de operação vigente, a qual autoriza o desenvolvimento das atividades da usina hidrelétrica Belo Monte".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Maiores represas do País enfrentam seca histórica

Lago de Sobradinho (BA) deve atingir volume morto e usina será desligada; Serra da Mesa (GO) está com menos de 10% da capacidade

A pior seca dos últimos 100 anos tem testado os limites de alguns dos maiores reservatórios do País. Na Bahia, o lago de Sobradinho, terceiro maior do Brasil em volume de água, enfrenta a estiagem com apenas 5% de sua capacidade total de armazenamento, menos da metade do que tinha há exatamente um ano, quando já estava em crise. Em Goiás, a represa de Serra da Mesa, a maior do País em capacidade de armazenamento, está com somente 8% do volume que é capaz de guardar. E essa situação vai piorar.

Os cenários traçados pela Agência Nacional de Águas (ANA) apontam que, até o fim do período seco, no dia 1.º de dezembro, Sobradinho vai chegar ao nível zero, ou seja, vai atingir seu "volume morto" pela primeira vez na história. Com a cota de água no volume morto, a hidrelétrica instalada na barragem terá de ser desligada.

O pior cenário já visto em Sobradinho ocorreu no fim de 2015, quando o nível da represa chegou a 1%. As informações foram confirmadas pelo superintendente de operações e eventos críticos da ANA, Joaquim Gondim. "Sabemos que isso vai acontecer, não será surpresa. Nesse volume zero, a usina de Sobradinho terá que parar de gerar energia, porque a quantidade de água que será liberada pela barragem não chegará ao mínimo necessário para que uma turbina funcione", afirmou.

No caso de Serra da Mesa, as projeções da ANA apontam que, no dia 1.º de dezembro, o reservatório estará com apenas 5% de sua capacidade de armazenamento. É uma situação desconhecida desde a formação da barragem, 19 anos atrás. Em setembro de 2009, por exemplo, Sobradinho passava pelo período seco com 70% de sua capacidade plena, ante os 5% atuais. Nesse mesmo mês e ano, Serra da Mesa tinha 53% de seu lago cheio, sem encarar nenhum tipo de limitação. Nos últimos cinco anos, porém, as condições só pioraram.

Para administrar as crises da bacia dos Rios São Francisco e Tocantins, a ANA tem realizado reuniões semanais para tratar de Sobradinho e quinzenais para discutir Serra da Mesa. No reservatório baiano, foi instituído desde junho o Dia do Rio. Toda quarta-feira é proibida a retirada de água do reservatório para irrigação e uso industrial. "Esse programa está funcionando em todo o São Francisco, desde a cabeceira, em Três Marias, até a foz", diz Gondim.

A agência avalia a possibilidade de adotar a mesma medida para Serra da Mesa. O que já está decidido é que, durante o período seco e os meses de chuva, entre dezembro e março, a barragem do Rio Tocantins manterá vazão mínima de água, de 300 metros cúbicos por segundo, para que o reservatório possa buscar novamente seu nível de segurança hídrica, algo em torno de 30% da capacidade.

De qualquer modo, a ANA acredita que não haverá racionamento de água nos municípios que dependem das duas bacias. As restrições devem atingir a irrigação, a indústria e a navegação, além da geração de energia. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) revisou as previsões de chuvas para o Nordeste, que viu sua margem cair de 30% para 29% da média histórica para este mês.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Licenciamento ambiental não pode ser um gargalo

As dificuldades na obtenção de licenciamento ambiental para os empreendimentos em infraestrutura vêm acendendo cada vez mais uma luz vermelha. Os esforços do governo federal em diminuir os empecilhos legais e regulatórios não têm sido suficientes para compatibilizar o licenciamento ambiental com a necessidade de investimentos em infraestrutura de que tanto precisa o País.

Sem dúvida, não há espaço para o desenvolvimento econômico que não seja sensível às questões ambientais. Não se discute, aqui, a necessidade dos licenciamentos e seus respectivos processos, mas sim que sejam mais céleres e eficientes.

O que se tem visto é o recrudescimento da burocracia atrelada aos licenciamentos ao longo dos anos. A falta de uma lei geral que regule o licenciamento permitiu que órgãos ambientais passassem a definir as normas por meio de portarias e decretos. A ausência de procedimentos uniformes, o excesso de discricionariedade e a possibilidade de responsabilizar

criminalmente analistas ambientais pelo licenciamento de obras de infraestrutura tiveram como principal efeito colateral o uso do princípio da precaução de maneira excessiva ou distorcida.

Do ponto de vista operacional, há um cuidado excessivo com a fase que antecede a emissão das licenças e um menor empenho no acompanhamento e monitoramento dos projetos, fazendo com que existam pouquíssimos dados sobre a efetividade do instrumento. Também a infraestrutura e a ação fiscalizatória dos órgãos costumam ser restritas e insuficientes. Por fim, os estudos preparados são muitas vezes superficiais e não fazem conexão entre diagnóstico, avaliação de impacto e medidas mitigadoras e compensatórias, gerando processos muito longos e que muitas vezes terminam por simplesmente negar a licença ambiental.

Quando questões técnicas, como as de licenciamento ambiental, carecem de instrumentos legais e regulatórios mais assertivos e de instituições mais eficazes, aumentam as chances de apropriação política sobre o tema. A título de exemplo, a escolha de usinas hidrelétricas a fio d'água como alternativa sustentável às usinas com reservatórios penalizou gerações futuras de brasileiros. Ao fazer a opção por usinas a fio d'água, o País abriu mão de segurança energética, de uma energia limpa e barata, sem uma contrapartida efetiva de mitigação da emissão de gases de efeito estufa.

Outro exemplo foram os atrasos na liberação das licenças para as linhas de transmissão da energia eólica produzida no Nordeste. Isso revela a incapacidade do governo de harmonizar os prazos de construção das linhas de transmissão e dos novos empreendimentos de geração. Uma solução seria promover os leilões de geração com as licenças ambientais já previamente aprovadas. Essa ideia vale para todo o setor de infraestrutura.

O mais recente episódio sobre licenciamento ambiental foi a rejeição do Ibama ao estudo de impacto ambiental apresentado pela companhia francesa Total. O instituto não autorizou, em primeira instância, a exploração e produção de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, cujos blocos foram adquiridos na 11.ª rodada de leilões, em 2013. Esse veto do Ibama é muito preocupante, serve de sinal de alerta para pelo menos outras sete empresas que possuem concessões na região e acontece às vésperas dos leilões de petróleo e gás previstos para este mês e para outubro.

Parece ser um hábito brasileiro perder janelas de oportunidade de desenvolvimento econômico por causa do excesso de burocracia e de discussões ultrapassadas e só defendidas por organizações radicais, que muitas vezes manipulam a sociedade por meio de declarações de artistas e de outros formadores de opinião que não têm nenhum conteúdo técnico.

Há, portanto, urgência de uma reforma não só no âmbito da legislação ambiental, mas também de seus respectivos processos de gestão administrativa. Um licenciamento ambiental moderno e que olhe os interesses do País não pode ser um gargalo para o desenvolvimento econômico.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Cleide Silva

Título: Empresas testam mercado de elétricos no País

Automóveis. A Hitech Electric, do brasileiro Rodrigo Contin, iniciou em maio a importação de compactos das chinesas Aoxin e Lgao, movidos a bateria, que custam a partir de R\$ 55 mil - menor valor para elétricos cobrado no País; o Tesla sai por mais de R\$ 750 mil

Enquanto o governo não define uma política para carros elétricos e híbridos, novas empresas do ramo chegam para testar o mercado brasileiro. A Hitech Electric, do brasileiro Rodrigo Contin, iniciou em maio a importação de compactos das chinesas Aoxin e Lgao, movidos a bateria, que custam a partir de R\$ 55 mil - menor valor para elétricos cobrado no País.

Expostos no Salão Latino-Americano de Veículos Híbridos-Elétricos, que começou na quinta-feira e termina hoje, no Expo Center Norte, em São Paulo, os modelos chamam atenção pelo design. Um deles, para dois passageiros, se parece com um carrinho de golfe.

Chamado de e.coTech, só pode rodar na cidade e atinge velocidade máxima de 60 km por hora. A bateria cheia percorre até 120 km. Também há uma versão para quatro passageiros e dois pequenos caminhões.

Segundo o diretor comercial da Hitech, Guilherme Barbosa, foram vendidas 20 unidades para empresas como Algar, Cetel e a Prefeitura de São José dos Campos (SP). "Ainda não abrimos venda para pessoas físicas, o que deve ocorrer em breve".

Os veículos chegam quase prontos da China e, na sede da Hitech, em Curitiba (PR), são finalizados. O grupo por enquanto tem quatro concessionárias (em São Paulo, Maringá, Brasília e Joinville) e deve chegar a 20 até 2019, quando espera vender 1 mil unidades ao ano.

Outra empresa que inicia operações em outubro, a Urbano, vai operar com o sistema de carro compartilhado (carsharing) em São Paulo. Pertencente ao grupo LDS, que atua na locação de veículos para hotéis de luxo e para executivos, terá frota de 77 veículos, dos quais 20 do elétrico BMW i3 e os demais do Smart, marca da Mercedes-Benz que em breve também terá versões elétricas no Brasil.

Até 2019 a Urbano terá 200 carros na frota, mais da metade deles elétricos. "Vamos atuar em oito regiões e nosso diferencial é que o usuário poderá pegar e deixar o carro em qualquer local, afirma Vini Romano, diretor de marketing.

O investimento na compra dos veículos e do aplicativo francês Vulog deve somar R\$ 29 milhões. A locação custa a partir de R\$ 1,20 por minuto. São Paulo já tem um serviço de carsharing, o Zazcar, com 80 carros, nenhum elétrico. O carro alugado tem de ser devolvido no mesmo local da retirada.

O salão, organizado pela Associação Brasileira de Veículos Elétricos e Híbridos (ABVE), também tem modelos da Tesla, opção para quem quer um elétrico de luxo. Os carros da marca são vendidos por preços entre R\$ 750 mil e R\$ 1,28 milhão pela importadora Eiectra. A loja na avenida Europa, em São Paulo, inaugurada no fim de 2016, vendeu até agora cinco carros, informa a diretora Monique Angeli.

Outros carros na mostra são BYD e6 e e5, Toyota Prius, Lexus CT200h, BMW i3, Audi Q7, Renault Zoe e Twizy, e Volvo C9. Também há ônibus da Eletra e da BYD, motos e bicicletas.

Incentivos. Em seminário promovido paralelamente à exposição, o analista do Ministério da Indústria (Mdic), Ricardo Zomer, disse que o governo pode, futuramente, incentivar a produção de veículos elétricos e adotar medidas como a redução do IPI para esses modelos. Segundo ele, hoje "o espaço para financiar a infraestrutura para carros elétricos é inexistente".

O diretor da Toyota, Ricardo Bastos, não descartou trazer ao País, "no futuro próximo" o híbrido plugin Prius, que poderá ser carregado na tomada e usar etanol como indutor da bateria. Hoje a empresa importa o Prius híbrido, com motor elétrico e a combustão (gasolina).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Vera Batista

Título: Horário sem justificativa

Do ponto de vista do setor elétrico, não se justifica mais a adoção do horário de verão, afirmou ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. Segundo Rufino, a avaliação foi feita pelos diversos órgãos governamentais ligados ao setor elétrico, no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Uma decisão, agora, caberá ao governo, que levará em conta os efeitos sobre outros setores, como indústria e comércio.

“A avaliação é de que, sob a perspectiva do setor elétrico, o horário de verão não se justifica”, disse Rufino, pouco antes de participar da sessão especial do Fórum Nacional, organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no Rio.

Se vigorar neste ano, o horário de verão começa em 15 de outubro e termina em 17 de fevereiro. Segundo Rufino, a Aneel não se manifestará nem tomará nenhuma decisão sobre o assunto, que é estabelecido por decreto federal.

Defesa

Os bares e restaurantes planejam fazer uma campanha para defender a continuidade do horário de verão. “O nosso setor sempre achou que o horário de verão fosse algo positivo. O movimento em bares aumenta 20%, nos restaurantes, 10%. A gente não pode esquecer que quase todo mundo tem medo de sair à noite, e antecipar o horário sempre dá uma sensação maior de segurança”, disse Percival Maricato, presidente da Abrasel-SP, entidade do setor. A campanha pretende mostrar às pessoas como é saudável e agradável sair mais cedo para os bares, além de mais seguro.

A continuidade do horário de verão será uma decisão da Presidência da República. Prevendo polêmica, já que o assunto divide opiniões e tem amantes e detratores, o governo estuda fazer uma enquete nas redes sociais para deliberar sobre o assunto.

MME / ASCOM .